



**INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO
E DO IMOBILIÁRIO**

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2010



**POR UM SECTOR MODERNO
E COMPETITIVO**



0.	O COMPROMISSO.....	3
1.	INSTITUTO SUSTENTÁVEL	5
1.1.	O Instituto	5
1.1.1.	História.....	5
1.1.2.	Organização.....	7
1.1.3.	Missão e Estratégia.....	8
1.1.4.	Actividade de Regulação.....	10
1.2.	Ética	11
1.3.	Gestão de Risco	13
2.	CONCRETIZAÇÃO DA MISSÃO DO INSTITUTO	14
2.1.	Gestão da relação com os Stakeholders	14
2.2.	Fornecedores	18
2.3.	Clientes – Agentes do Sector.....	19
2.3.1.	Interacção com os Agentes do Sector.....	19
2.3.2.	Satisfação dos Agentes do Sector	20
2.4.	Entidades reguladoras e fiscalizadoras	21
2.5.	Sociedade.....	23
2.6.	Colaboradores.....	25
2.6.1.	Caracterização dos activos humanos.....	25
2.6.2.	Gestão do capital humano.....	26
2.6.3.	Satisfação dos Colaboradores	28
2.6.4.	Reporte Social.....	28
3.	RELAÇÃO COM O AMBIENTE	29
3.1.	Políticas de gestão ambiental	29
3.1.1.	Impacte ambiental dos serviços	29
3.1.2.	Medidas ambientais implementadas.....	29
3.1.3.	Intervenções em eventos de temática ambiental	30
3.1.4.	Objectivos e metas ambientais	31
3.1.5.	Reporte Ambiental.....	32

0. O COMPROMISSO

A elaboração de um Relatório de Sustentabilidade reforça o compromisso público do InCI de cumprir as suas atribuições em busca de um desenvolvimento sustentável equilibrado nas vertentes económica, social e ambiental.



António Flores de Andrade
Presidente

Fernando Oliveira Silva
Vice-Presidente

Enquanto a prestação pública do desempenho económico e financeiro da actividade do Instituto é demonstrada pelo Relatório e Contas e a informação sobre os resultados as actividades previstos é exposta no Relatório de Actividades, cabe ao **Relatório de Sustentabilidade** transmitir a visão do desenvolvimento sustentável do Instituto, relatando, entre outras, as acções efectuadas, nesse domínio, em sintonia com os Princípios da Gestão Pública: Transparência, Equidade, Legalidade e “Accountability”.

Como principais medidas tomadas neste âmbito contam-se a aprovação e divulgação do **Código de Ética e de Conduta**, a elaboração e divulgação do **Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infracções Conexas** e a aprovação do **Plano de Gestão Ambiental**.

Muitas outras acções foram, contudo, efectuadas no âmbito referido, nomeadamente a avaliação de desempenho individual de todos os colaboradores e dirigentes do Instituto, de acordo com o Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública (SIADAP); a realização de um inquérito de opinião junto dos colaboradores para aferição do respectivo clima organizacional; bem como a realização de um inquérito de opinião junto dos agentes do sector para aferição da imagem do Instituto enquanto entidade reguladora.



Ao nível externo apostou-se no contacto com os agentes do sector através de acções de divulgação e esclarecimento de questões relacionadas com os direitos e obrigações das empresas reguladas e sua interacção com o Instituto.

Apoiámos ainda seminários votados à temática da Sustentabilidade, bem como a edição de duas publicações dedicadas ao tema.

Em suma, este **Relatório de Sustentabilidade** pretende espelhar a assunção da consciência da sustentabilidade como factor crítico de sucesso da actividade do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. e do próprio sector de actividade que lhe cumpre regular.

Lisboa, 31 de janeiro de 2012

O Conselho Directivo

A Flores de Andrade
Presidente do Conselho Directivo

Fernando Oliveira Silva
Vice-Presidente do Conselho Directivo

1. INSTITUTO SUSTENTÁVEL

1.1. O Instituto

1.1.1. História

Nos diversos estádios da sua evolução o Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI) conta já com meio século de existência.

A sua origem está na Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas (CICEOP), que funcionava sob a presidência do Conselho Superior das Obras Públicas (CSOP). Criada em 1956, a CICEOP tinha como atribuição inscrever os empreiteiros de obras públicas que realizavam obras num valor superior a 250.000\$00 (ou seja, 1.125 €), para as quais era obrigatória a detenção de um Alvará.

Em 1970, em resposta ao incremento da indústria da construção civil nas obras particulares, a CICEOP alargou as suas atribuições, passando a disciplinar também esse mercado, tendo, por isso, sido redenominada como Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas e dos Industriais da Construção Civil (CICEOPICC), continuando a funcionar sob a égide do CSOP.

O incremento da actividade de construção e conseqüente acréscimo substancial de pedidos de alvará levou a uma reorganização estrutural da CICEOPICC, autonomizando-a do CSOP.

Foi, assim, criado, em 1988, o Conselho de Mercados de Obras, Públicas e Particulares (CMOPP), organismo dotado de autonomia administrativa, na dependência do ministro responsável pela área das obras públicas.



Mais tarde, em 1992, face à proliferação das agências de medição imobiliária foram também cometidos ao CMOPP as competências de regulamentação e fiscalização desta actividade, que, até então, cabiam à Inspeção-Geral de Finanças.



Com o objectivo de responder eficazmente à necessidade de melhorar o sistema de qualificação das empresas, bem como de proporcionar uma efectiva capacidade inspectiva e fiscalizadora, o CMOPP foi, em 1999, transformado em instituto público com a designação de Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI).



Já com a visão de potenciar a modernidade e competitividade dos mercados da construção e do imobiliário, o IMOPPI foi dotado de relevantes atribuições no tocante ao acompanhamento da aplicação das normas reguladoras das empreitadas de obras públicas, assim como das atribuições necessárias ao cumprimento das obrigações comunitárias relativas ao sector.

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) o IMOPPI foi reestruturado em 2007, tendo-lhe sido

definidas uma nova missão, estrutura orgânica e orientação estratégica, passando a designar-se por Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Caracteriza-se este por ser um Instituto orientado para a melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas do sector, tendo em vista a defesa do consumidor.



Pauta-se por uma gestão por objectivos devidamente quantificados e por uma avaliação periódica em função dos resultados, não esquecendo a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, a observância dos princípios gerais da actividade administrativa e a transparência e prestação pública de contas da sua actividade.



1.1.2. Organização

A organização do InCI compreende os seguintes órgãos:

- Conselho Directivo;
- Conselho Consultivo;
- Fiscal Único;
- Comissões Técnicas Especializadas:
 - Comissão de Classificação de Empresas de Construção (CCEC);
 - Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE).

O Conselho Directivo é o órgão colegial responsável pela definição e implementação das funções de gestão, fiscalização e inspecção e de regulamentação do InCI, bem como pela direcção dos respectivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais.

Apresentam-se, de seguida, as principais informações relativas ao actual Conselho Directivo (CD) do InCI, em funções desde 1 de Junho de 2009:

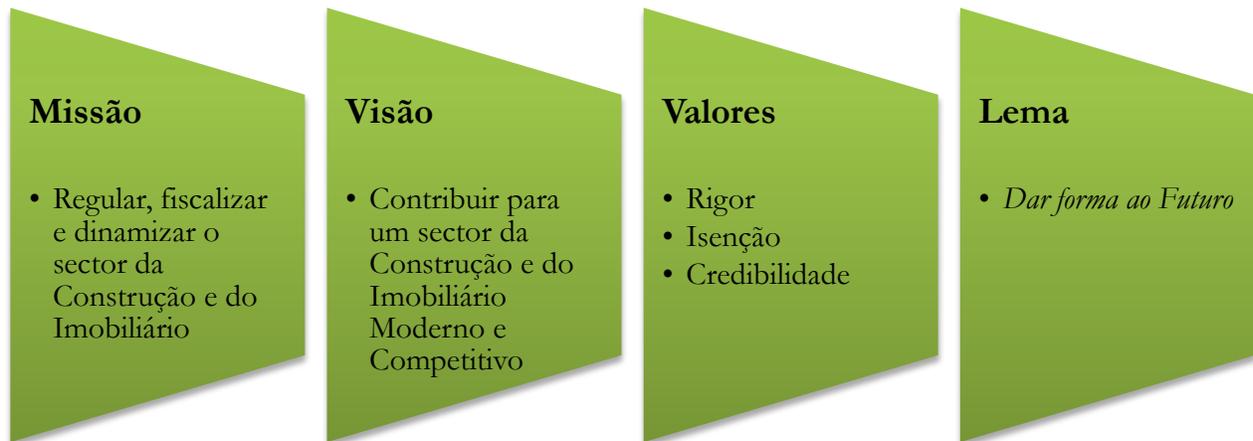
Modelo de Governo	
Despacho de nomeação dos dois membros do CD	Despacho n.º 13202/2009. D.R. n.º 109, Série II de 2009-06-05
Despacho de designação de Vice-Presidente do CD	Despacho n.º 16536/2009. D.R. n.º 139, Série II de 2009-07-21
Posições executivas	Presidente – Dr. António Flores de Andrade Vice-Presidente – Dr. Fernando Oliveira Silva
N.º de reuniões do CD em 2010	50
Taxa de comparecimento nas reuniões do CD	100%
Início e fim de mandato do CD	1 de Junho 2009 – 31 de Maio 2012
Outras informações	Não existem Administradores independentes no InCI, os membros do CD não integram outros CD ou administrações de outras organizações, nem são membros de quaisquer Comitês

1.1.3. Missão e Estratégia

Integrado na administração indirecta do Estado, o InCI é um instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, que prossegue as atribuições do actual Ministério da Economia e Emprego, sob a superintendência e tutela do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (por delegação de competências, nos termos do Despacho nº 10353/2011, de 5 de Agosto).

Compete-lhe qualificar e fiscalizar os agentes económicos que exercem a sua actividade no Sector da Construção e do Imobiliário, mobilizar, dinamizar e supervisionar todo o Sector, assegurando uma actuação coordenada do Estado no respectivo âmbito.

Assim, e numa busca pela melhoria contínua que proporcione a maximização da sua eficiência organizativa, a estratégia do Instituto assenta nos seguintes pilares:



Neste enquadramento estratégico é importante salientar o carácter dinamizador do Sector da Construção e do Imobiliário, previsto na missão do InCI, que ultrapassa a mera regulação e fiscalização do referido sector.

Cabe, assim, ao InCI assegurar a competitividade dos agentes económicos, garantir a defesa dos consumidores, construir uma sólida base de conhecimento e de informação sobre o sector e mobilizar os diversos intervenientes para a dinamização e crescimento sustentável do mesmo.

Com vista à modernização e competitividade do Sector da Construção e do Imobiliário, o InCI procura contribuir cada vez mais para a mobilização dos agentes económicos, tendo em vista o crescimento sustentado do sector.

Nesse caminho de crescimento e melhoria contínua, a actuação do Instituto prima pelo respeito dos princípios da gestão pública: Transparência, Equidade, Legalidade e “Accountability”.

Assim, no seu desempenho interno e na interacção com as demais entidades externas, o InCI procura orientar-se por valores institucionais, tais como o Rigor, a Isenção e a Credibilidade.

Independentemente de qualquer conjuntura, a actuação do InCI caracteriza-se pelo tratamento de todas as matérias com escrupuloso respeito pela lei, sem distinção na abordagem dos diferentes interlocutores, procurando conquistar a confiança dos operadores económicos e cidadãos em geral.

Neste enquadramento, o lema *Dar forma ao Futuro* transmite a confiança de que o InCI, com base numa actuação que respeite os seus valores, pretende cumprir a sua missão, criando condições para que as acções de hoje contribuam para um futuro de modernização e competitividade no Sector da Construção e do Imobiliário.

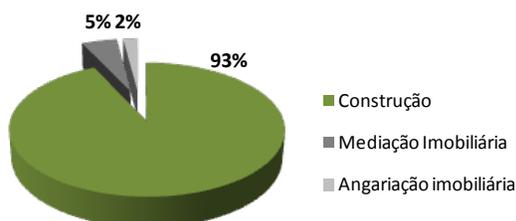
Desenham-se, assim, as grandes linhas de acção em três vectores estratégicos:



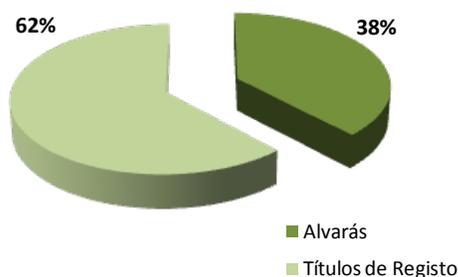
1.1.4. Actividade de Regulação

No âmbito das suas atribuições de regulação o InCI qualifica, inspecciona, fiscaliza e sanciona as empresas do sector da construção e do imobiliário, nomeadamente as que exercem as actividades de construção, mediação imobiliária e angariação imobiliária.

No final de 2010 encontravam-se inscritas no Instituto cerca de 67.500 empresas, na sua grande maioria inseridas no mercado da construção.



Encontravam-se válidos, nesse mesmo período, 38931 Títulos de Registo e 23859 Alvarás habilitantes de empresas para o exercício da actividade de construção.



Relativamente à área da qualificação das empresas, durante o ano de 2010, foram efectuados 12.655 actos regulatórios, mais 15% do que o verificado em 2009.

Actos Regulatórios	2010	2009	Δ
Alvarás	2.769	3.400	-19%
Títulos de Registo	8.273	6.042	+37%
Licenças Mediação Imobiliária	1.158	1.103	+5%
Inscrições Angariador Imobiliária	455	419	+9%
Total	12.655	10.964	+15%

O prazo médio ponderado de emissão dos diferentes títulos habilitantes foi de 31 dias, menos 4 dias face a 2009.

No que respeita às outras áreas de regulação, foram inspeccionadas 2486 empresas tendo sido aplicadas coimas num valor total de € 1.018.000.

Da actividade da regulação provêm cerca de 99% das receitas do Instituto, tendo esse valor, em 2010, ultrapassado os 12 M€.

1.2. Ética

A aprovação, no final de 2009, do Código de Conduta e Ética do InCI, alavancou uma nova dinâmica no Instituto no que se refere a esta temática.

Nesse sentido foi aprovado o Regulamento de Funcionamento da Comissão de Ética e Fiscalização do InCI, prevista no referido Código, e constituída a respectiva comissão.

A Comissão de Ética e Fiscalização do InCI (CEF) é um órgão de consulta e apoio ao Conselho Directivo, que visa zelar pelo cumprimento e promoção de padrões de rigor, responsabilidade e qualidade ética na actividade das unidades que compõem a estrutura orgânica do Instituto, e de lealdade, honestidade e preocupação cívica na conduta dos seus colaboradores.

A CEF é integrada por um presidente e dois vogais, tendo os mesmos sido nomeados pelo Conselho Directivo para um mandato de dois anos (Out. 2010 – Out. 2012).

A esta Comissão compete acompanhar, com total isenção, independência e sem vinculação hierárquica, o cumprimento do Código de Conduta e Ética.

Competências da Comissão de Ética e Fiscalização

- *Interpretar o Código de Conduta e Ética e esclarecer as dúvidas que o mesmo suscite internamente;*
- *Analisar e apreciar os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho Directivo, ou pelos colaboradores ou stakeholders que suscitem questões éticas no âmbito das acções das unidades que compõem a estrutura orgânica do Instituto, das responsabilidades que a cada um cabem e do relacionamento entre si e com o exterior, bem como relativas à conduta dos seus trabalhadores;*
- *Propor ao Conselho Directivo qualquer procedimento, incluindo disciplinar ou penal, por violação ou inobservância das regras estabelecidas no Código de Ética e de Conduta;*
- *Submeter ao Conselho Directivo propostas de novas medidas que considere convenientes no âmbito de questões éticas e de conduta, incluindo a revisão de procedimentos internos e actualizações ao Código de Ética e de Conduta.*
- *Elaborar relatórios anuais relativos à identificação de factos susceptíveis de constituir infracção penal ou disciplinar, em matéria de ética e de conduta, a remeter ao membro do Governo directamente responsável pelo InCI, com cópia para o Conselho Directivo.*

Uma das primeiras acções da Comissão de Ética e Fiscalização foi a divulgação do Código de Conduta e Ética, junto dos colaboradores do InCI, com a apresentação dos objectivos e das normas éticas e de conduta constantes do Código.



Objectivos do Código de Ética de Conduta

- *Estabelecer um padrão de relacionamento entre os colaboradores do InCI, I.P. bem como entre estes e terceiros, baseado no cumprimento de normas de condutas pré-estabelecidas e coerentes com os princípios do serviço público;*
- *Estimular e promover o espírito de equipa e de pertença a um grupo, através da criação de uma cultura organizacional assente na partilha de valores e objectivos comuns;*
- *Padronizar comportamentos, eliminando a subjectividade das interpretações pessoais sobre normas e princípios éticos;*
- *Afirmar uma imagem de eficácia e eficiência junto dos diversos parceiros do InCI;*
- *Promover preocupações de responsabilidade social, tendentes a responder de forma sustentada aos deveres cívicos que ao Instituto cabem relativamente ao seu meio envolvente*

Normas éticas e de conduta constantes do Código

- *Rigor e Confidencialidade;*
- *Isenção;*
- *Competência;*
- *Responsabilidade;*
- *Lealdade;*
- *Não discriminação;*
- *Integridade;*
- *Assiduidade e Pontualidade;*
- *Utilização de recursos;*
- *Relacionamento com a Comunicação Social;*
- *Relacionamento Interpessoal*

1.3. Gestão de Risco

Em cumprimento da recomendação formulada pelo Conselho da Prevenção da Corrupção, foi nomeada, em 2010, a equipa de gestão do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infracções Conexas” do InCI, aprovado pelo Conselho Directivo, em Dezembro de 2009.



A equipa de gestão deste Plano é constituída pelas mesmas pessoas que integram a Comissão de Ética e Fiscalização, acumulando funções que poderão proporcionar sinergias importantes no desenrolar das suas funções em ambas as temáticas.

Exemplo disso foi a elaboração de uma sessão de apresentação que reuniu os colaboradores do InCI no seu auditório, tendo sido apresentado, pelas referidos membros, não só o Código de Conduta e Ética como também o “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infracções Conexas” do InCI.

Nessa sessão, foram explicitados os diferentes tipos de corrupção, bem como outros tipos de crime que prevêm igualmente a obtenção de vantagens (ou compensações) ilícitas.



Durante o ano de 2010 foi ainda promovido um inquérito às diferentes unidades orgânicas no âmbito de uma auditoria técnica de avaliação da aplicação do referido Plano de Prevenção.

Por fim, possibilitando o contacto directo com a Comissão de Ética e Fiscalização, foi ainda disponibilizado a todos os colaboradores o endereço electrónico da mesma.

2. CONCRETIZAÇÃO DA MISSÃO DO INSTITUTO

2.1. Gestão da relação com os Stakeholders

Os Stakeholders do InCI são todas as pessoas ou entidades que têm impacto no Instituto ou que, de alguma forma, são afectadas por este.

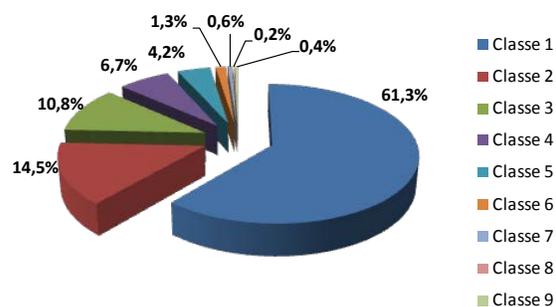
Principais Stakeholders do InCI	
Internos	Conselho Directivo
	Dirigentes Intermédios
	Colaboradores
Externos	Tutela
	Entidades da Administração Pública
	Entidades do Meio Universitário
	Entidades representativas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
	Ordens e Associações Profissionais ligadas à cadeia de valor do sector regulado
	Associações Empresariais do sector regulado
	Associações de Defesa do Consumidor
	Associações e Fundações de Direito Privado
	Empresas do sector da construção e do imobiliário
	Cidadãos

Dos principais Stakeholders do InCI destacam-se as empresas que exercem a sua actividade no Sector da Construção e do Imobiliário.

No final de 2010, o sector contava com cerca de 67.500 empresas inscritas no InCI com a seguinte distribuição de títulos habilitantes válidos:

N.º Títulos Habilitantes válidos 2010	
Alvarás	23.859
Títulos de Registo	38.931
Licenças Mediação Imobiliária	3.365
Inscrições Angariador Imobiliário	1.367
Total	67.522

Relativamente à actividade da construção, destaca-se o domínio maioritário (61,3%) das empresas habilitadas com alvará da classe 1 (isto é, que podem executar obras de valor igual ou inferior a €166.000).



Na gestão da relação com os Stakeholders o InCI preocupa-se em manter uma estratégia de relacionamento através de iniciativas que visam a divulgação do Instituto e o aumento do conhecimento do sector.

Nesse sentido, ao longo do ano de 2010, foram vários os eventos que contaram com a presença e intervenção de representantes do InCI, nomeadamente:

- Intervenção do Vice-Presidente do InCI, Dr. Fernando Silva, como orador, nos seguintes eventos:
 - Seminário promovido pela ARICOP – Associação Regional dos Industriais de Construção e Obras Públicas de Leiria: **“Investir na requalificação urbana para garantir sustentabilidade”** (Abril);
 - Conferências FEPICOP 2010 (Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas): **“Situação actual e visão sobre o futuro próximo do Sector da Construção”** (Maio);
 - Abertura do seminário promovido LNEC: **“Eurocódigos Estruturais - O Início da sua Aplicação em Portugal”** (Maio);
 - 4º Workshop Ciclo APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações: **“Para uma Administração Pública do Séc. XXI Compras Públicas: mais eficiência e/ou mais inovação?”** (Junho);
- Intervenção da Directora de Regulação, Eng.ª Fernanda Martins, como oradora nos seguintes seminários:
 - **“Certificação – Um Desafio na Construção Civil”** – Escola Tecnológica e Profissional de Sico (Março);
 - **“Certificação e reconhecimento de competências”**: APEAFOP – Associação Portuguesa de Entidades Acreditadas de Formação Profissional (Maio);
 - **“Qualificação Profissional dos Técnicos”**: AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (Novembro);
- Intervenção da Chefe de Departamento da Qualificação, Dra. Ana Celestino, como oradora no evento organizado pela ESAI – Escola Superior de Actividades Imobiliárias: ESAI 20 anos –

“Perspectivas do Imobiliário: Casos de Sucesso” (Novembro);

Tal como tem acontecido todos os anos, também em 2010, os diversos Stakeholders contaram com a presença do InCI, em stand próprio, nas seguintes feiras e exposições:

- IMOBITUR – VI Salão Imobiliário do Porto, na EXPONOR, de 25 a 28 de Março;
- EXPOCONSTROI – Feira de Equipamentos e Materiais para a Construção Civil, Batalha, de 21 a 25 de Abril;
- TEKTONICA 2010 – Feira Internacional de Construção, de 11 a 15 de Maio;
- PORTUGAL TECNOLÓGICO 2010 – Feira Internacional de Lisboa, de 22 a 26 de Setembro;
- SIL 2010 - SALÃO IMOBILIÁRIO DE LISBOA – Feira Internacional de Lisboa, de 21 a 24 de Outubro;
- PROJECTO CASA – Evento de Arquitectura e Design, EXPONOR, Porto, de 25 a 28 de Novembro;
- CONCRETA – Feira Internacional de Construção e Obras Públicas, na EXPONOR, de 20 a 24 de Outubro.

Com vista à simplificação de procedimentos, ao aumento da celeridade processual e à redução de encargos administrativos foi dado cumprimento ao Programa Simplex tendo-se implementado a 15 de Dezembro de 2010 as seguintes medidas:

▪ DESMATERIALIZAÇÃO DE TÍTULOS HABILITANTES NA CONSTRUÇÃO

Em cumprimento desta **Medida Simplex M092** os alvarás e os títulos de registo deixaram de ser disponibilizados às empresas em suporte de papel. Assim, o único meio legal de verificação das habilitações detidas pelas empresas de construção passou a ser a consulta do título habilitante desmaterializado na página electrónica do InCI (www.inci.pt, no *Menu Construção > Consulta de Empresas*);



▪ ALVARÁ NA HORA PARA A CLASSE 1 DA
CONSTRUÇÃO CIVIL

Disponibilizou-se, com a implementação desta **Medida Simplex M093**, um serviço de “resposta na hora” para a instrução dos pedidos de concessão ou reclassificação do alvará, quando estejam em causa, exclusivamente, habilitações em classe 1.

Para tal a empresa tem apenas de efectuar uma prévia marcação online em www.inci.pt, <http://www.inci.pt/Contacte-nos> > *Pedidos de Informação > Construção > Alvará de classe 1 na hora – marcação online.*

Posteriormente a empresa é informada da data e hora em que se deverá deslocar ao Serviço de Atendimento do Público do InCI em Lisboa.

Nessa data será imediatamente emitida a respectiva guia de pagamento da taxa de alvará, desde que sejam entregues os elementos necessários à correcta instrução do processo e à comprovação de todos os requisitos exigidos.



The screenshot shows the INCI website interface. At the top, there is a navigation bar with links like 'Mapa do Site', 'FAQ's', 'Links Úteis', and 'Contacte-nos'. Below this is a banner image of two construction workers. The main content area is titled 'PEDIDOS DE INFORMAÇÃO >>' and contains a form for 'Dados de Identificação'. The form includes fields for Name, NIF/NIPC, E-mail, Hora, Cód. Postal, Localidade, Distrito, Concelho, Freguesia, and Telef./Telem. Below the identification fields is a section for 'Pedido de Informação' with a dropdown menu for 'Área de actividade' (set to 'Construção') and a list of subjects, including 'Alvará classe 1 na hora - marcação'. On the left side, there is a sidebar with 'Acessos Rápidos' and 'Construção' menu items.

2.2. Fornecedores

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento de responsabilidade na aquisição de bens e serviços por parte das entidades públicas.

Tal como já acontecia com a procura da proposta economicamente mais vantajosa, existe actualmente também a preocupação com a integração de critérios ambientais no processo de contratação pública de aquisição de bens, prestação de serviços e empreitadas.

Assim, para além das questões de preço e qualidade, pretende-se a identificação e possível escolha de produtos ou serviços com um melhor desempenho ambiental.

Esta nova perspectiva aplica-se com maior evidência na concepção e construção de obras públicas, nos transportes, na energia, nos equipamentos e consumíveis de escritório, nos produtos de higiene e limpeza e na prestação de serviços no âmbito da gestão e manutenção de equipamentos e infra-estruturas públicas.

No entanto, relativamente à actividade do InCI, verifica-se a preponderância de aquisições efectuadas através da Unidade Ministerial de Compras, que, já por si, efectua a selecção de fornecedores com a introdução de critérios ambientais.

Assim, através do Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), o InCI procede à aquisição de bens e serviços, através de um processo de compras simplificado e ao abrigo dos acordos quadro (AQ) celebrados pela Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, E.P.E.).



No Catálogo Nacional de Compras Públicas estão disponíveis diversas categorias de produtos e serviços, com informação sobre fornecedores de bens e prestadores de serviços e preços máximos estabelecidos nos acordos quadro.



2.3. Clientes – Agentes do Sector

2.3.1. Interacção com os Agentes do Sector

Inquérito de Opinião

Em Outubro de 2010 foi realizado um inquérito de opinião junto das empresas inscritas no InCI, cujos resultados constam do ponto 2.3.2. Satisfação do Cliente.

Descentralização do Serviço de Atendimento

No seguimento do processo de descentralização dos serviços de atendimento do público, iniciado em 2009, com a abertura de um posto de atendimento na Loja do Cidadão de Coimbra, procedeu-se, em 2010, à abertura de um novo posto de atendimento agora na Loja do Cidadão de Faro.

Call Center do InCI

Procedeu-se à reestruturação do serviço de atendimento telefónico do InCI (707 20 10 20) com encaminhamento automático de chamadas conforme o assunto em causa

Call Center do Portal Base:

Disponibilizou-se um novo serviço para a prestação de informações sobre o Portal da Contratação Pública (www.base.gov.pt);

Disponibilização no Portal InCI de dois novos formulários:

- Apresentação de queixas, integrado com a aplicação informática de gestão de queixas e com o RTIC (sistema de gestão de queixas no livro de reclamações);
- Pedidos de informação/esclarecimentos (formulário integrado com os endereços de e-mail dos serviços respectivos).

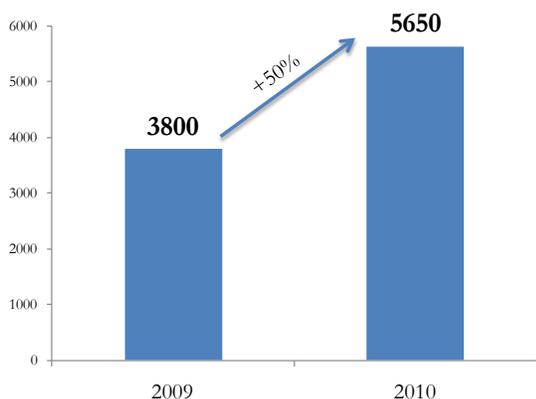
2.3.2. Satisfação dos Agentes do Sector

No seguimento do procedimento efectuado em 2009, no âmbito do modelo de avaliação e gestão da satisfação dos agentes do sector, procedeu-se, em 2010, a uma nova auscultação das empresas inscritas no InCI.

O mecanismo de recolha da informação foi desenvolvido em parceria com uma empresa especialista em estudos de opinião, que criou, para o efeito, uma plataforma informática, através da qual foram convidadas 65.642 empresas a responder ao inquérito.

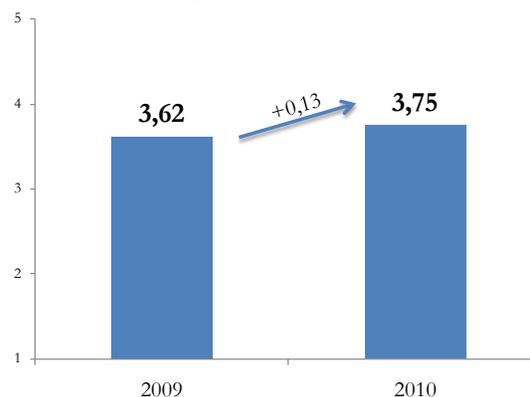
O inquérito, de natureza confidencial, esteve on-line entre 28 de Setembro e 21 de Outubro de 2010, ao qual acederam, com o respectivo *login e password*, cerca de 5650 empresas, o que correspondeu a um crescimento de mais 50% de respostas, face a 2009.

N.º de inquéritos respondidos



O resultado global do inquérito foi de 3,75 valores (+13 centésimas, face ao resultado de 2009), o que, numa escala de 1 a 5, corresponde ao nível “Satisfeito”.

Resultados dos Inquéritos aos Agentes do Sector



Esta melhoria da imagem do Instituto como entidade reguladora do sector da construção e do imobiliário foi sustentada no aumento de todas as pontuações médias obtidas em cada uma das questões do inquérito, face a 2009.

Importa ainda referir que, para além da publicação dos resultados do inquérito na Intranet e no Portal do InCI, foi ainda efectuada uma sessão de apresentação junto dos colaboradores do Instituto.

2.4. Entidades reguladoras e fiscalizadoras

No âmbito da sua actividade, o InCI está sujeito ao controlo e fiscalização de algumas entidades e organismos, sem prejuízo da sujeição aos pareceres e circulares de outras entidades, dada a sua inserção na Administração Pública, de que são exemplo a Direcção-Geral do Orçamento e a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público.



Ao nível interno é de destacar o **Fiscal Único**, órgão social que, nos termos da Lei Quadro dos Institutos Públicos, é responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial. Sendo nomeado de entre revisores oficiais de contas, das competências do Fiscal Único resulta o permanente acompanhamento e controlo da actividade do instituto, a emissão de pareceres em diversas situações concretas, competindo-lhe elaborar relatórios da sua actividade e pronunciar-se sobre assuntos que lhe sejam colocados por organismos de controlo.

Fora do âmbito da sua organização, o InCI esteve sujeito ao controlo da **Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC)** - que integra o Sistema do Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI). A esta inspecção compete não só apreciar a legalidade e regularidade dos actos praticados pelos serviços e organismos do ministério, mas também avaliar a gestão e os resultados, mediante acções de controlo.



Ainda no domínio do SCI, o Instituto está sujeito ao poder de controlo e fiscalização da **Inspecção-Geral de Finanças (IGF)**, organismo a quem está cometido o controlo estratégico da administração financeira do Estado, o qual compreende o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação dos serviços, organismos, actividades e programas.



Já no âmbito do controlo externo, o InCI está sujeito aos poderes jurisdicionais e de controlo financeiro do **Tribunal de Contas**, órgão jurisdicional a quem compete a fiscalização da legalidade e regularidade das receitas e despesas públicas, a apreciação da boa gestão financeira e a efectivação de responsabilidades por infracções financeiras.



Durante o ano de 2010, verificou-se o regular acompanhamento do **Fiscal Único**, não tendo o Instituto sido objecto de acções de inspecção.

2.5. Sociedade

Em 2010, foram realizados os seguintes protocolos de cooperação e colaboração:

Protocolo de cooperação com o GAPTEC

No âmbito da regulação do mercado imobiliário foi estabelecido um protocolo de cooperação com o Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa (GAPTEC) com vista ao desenvolvimento de estudos e trabalhos de investigação aplicada na área da Economia do Território.

Protocolo de colaboração com FEUP

A celebração do protocolo com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) visou assegurar as condições para a continuidade e ampliação das actividades desenvolvidas no âmbito do Projecto Indicadores de Desempenho e Produtividade (IDP),



nomeadamente no que respeita à gestão e tratamento dos resultados originários da plataforma icBench, sua expansão e disponibilização do InCI, e ainda a divulgação e disponibilização ao sector da construção de ferramentas e resultados relevantes para a melhoria do seu nível de desempenho,

competitividade e sustentabilidade empresarial.

Protocolo de colaboração com INOV INESC Inovação

O protocolo estabelecido com o Instituto de Novas

Tecnologias teve como



objecto a colaboração entre o InCI e o INOV, com vista à realização de acções específicas de colaboração no âmbito das tecnologias de informação.

Protocolo de cooperação com CONICLE

De forma a estabelecer as relações de cooperação institucional, empresarial, técnica e científica entre o



InCI e a Comissão Nacional de Inscrição e Classificação de Projectistas de Obras Públicas, Empreiteiros de Obras Públicas, Industriais de Construção Civil e Fornecedores de Obras (CONICLE), de ANGOLA, foi assinado um protocolo de cooperação entre ambas as partes.



Ao nível do apoio prestado pelo InCI em 2010 destacam-se os patrocínios dos seguintes eventos:

- 9.º Congresso Internacional de Segurança e Saúde no Trabalho, sobre o tema “**Desafios do Ensino e Formação em Segurança e Saúde do Trabalho**”;
- Conferência Internacional “**ICPIC 2010 – 13th International Congress on Polymers in Concrete**”;
- Feira **IMOBITUR** — VI Salão Imobiliário do Porto;
- Campanha 2010 “**Mobilidade em Segurança nas Estradas Portuguesas de Trabalhadores da Construção para evitar acidentes mortais**”;
- Seminário “**Construção e Ordenamento do Território - Novas Estratégias e Sustentabilidade**”;
- Seminário “**Eurocódigos Estruturais - O Início da sua Aplicação em Portugal**”;
- Congresso LiderA 2010 “**Criar valor com a Sustentabilidade**”;
- Seminário “**Viver melhor em Condomínio**”;
- Conferência “**Internacionalização – Um Desígnio das Empresas Portuguesas**”;
- Seminário “**Eficiência Energética e Controle de Emissões**”;
- Feira “**Projecto Casa – uma feira de e para Arquitectos e Designers**”.

Contribuindo para o desenvolvimento e divulgação da temática da Sustentabilidade, o InCI patrocinou ainda a edição dos seguintes livros:

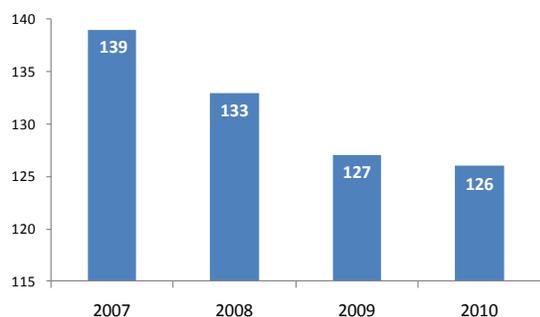
- “**Portugal SB10 – Sustainable Building – Affordable to All**”, de Luís Bragança e outros, de 2010;
- “**A sustentabilidade nos materiais de construção**”, de Fernando Pacheco Torgal e Said Jalali, de 2010.

2.6. Colaboradores

2.6.1. Caracterização dos activos humanos

N.º total de Colaboradores

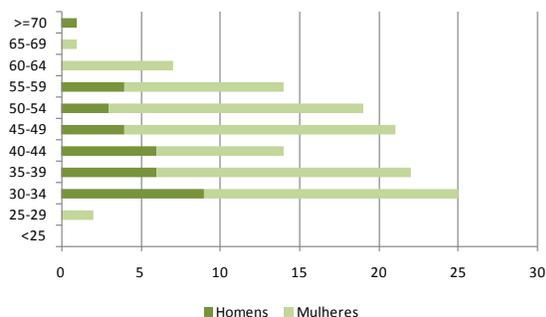
Na continuidade da tendência de redução verificada desde 2007, o InCI contava, no final de 2010, com 126 colaboradores, dos quais 93 do sexo feminino e 33 do masculino.



Verificou-se, assim, em três anos, uma descida de quase 10% no número de colaboradores do Instituto, devida, essencialmente, à aposentação de colaboradores.

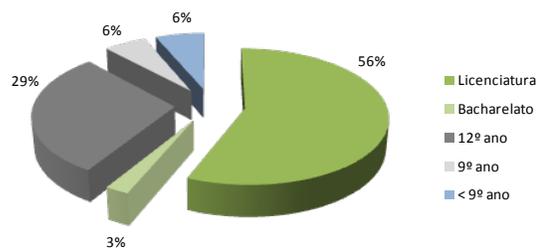
Estrutura Etária

A idade média dos colaboradores do Instituto é de 44 anos, sendo, o escalão etário 30-34, o mais expressivo, com 25 efectivos.



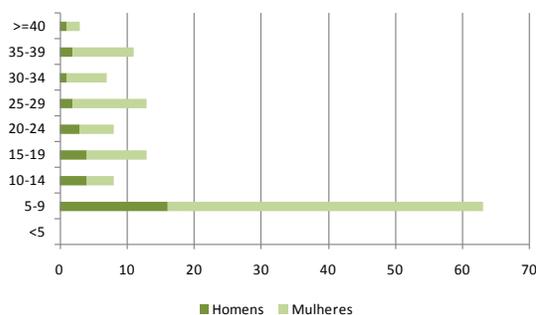
Estrutura Habitacional

A maioria dos colaboradores do Instituto possui uma licenciatura (71 – 56%), dos quais cerca de 72% são do sexo feminino.



Estrutura de Antiguidade

Verifica-se, destacadamente, que 64 do total de colaboradores (51%) possuem uma antiguidade na administração pública de 5 a 9 anos.



O nível médio de antiguidade na Administração Pública é de 16 anos.

2.6.2. Gestão do capital humano

Avaliação de Desempenho

Em 2010 procedeu-se à avaliação do ano de 2009, tendo sido aplicado o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

Dando cumprimento à diferenciação de desempenho, foram atribuídas menções de desempenho relevante a 2 dirigentes, a 20 técnicos superiores e a 9 assistentes técnicos.

A Comissão Paritária analisou os pedidos de apreciação de propostas de avaliação apresentados por 13 trabalhadores, tendo sido indeferido liminarmente 1 pedido e validados 7 relatórios fundamentados, 6 a manterem a nota proposta pelos avaliadores e 1 com nova proposta de avaliação, assim como não foram validadas 5 propostas de alteração de avaliação de desempenho.

Foram ainda apresentadas 2 reclamações das avaliações homologadas.

Atribuição de Prémios

Em 2010, relativo ao desempenho demonstrado em 2009, foram atribuídos 6 prémios a 1 directora, 1 técnico superior, 2 inspectores superiores e 2 assistente técnicos, num valor total de 11.655€.

Alterações do posicionamento remuneratório

No ano em análise, tiveram lugar 2 alterações de posicionamento remuneratório obrigatórias por acumulação de 10 pontos e 3 alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária, em virtude dos trabalhadores terem obtido três menções, consecutivas, imediatamente inferiores às máximas.

Movimentos de Pessoal

Durante o ano de 2010 verificou-se o regresso antecipado de uma colaboradora a quem tinha sido concedida uma licença sem vencimento, a aposentação de um dirigente intermédio de nível 1 bem como a cessação de uma situação de mobilidade interna.

Foram ainda nomeados 2 chefes de divisão e, em regime de substituição, 4 directores e 4 chefes de departamento.

Encargos com o Pessoal

A remuneração máxima ilíquida auferida foi de € 6.306 e a mínima de €470, resultando assim um leque salarial ilíquido de 13,4.

O total de encargos com o pessoal foi de €3.679.360, o que correspondeu a 39% do total da despesa do Instituto.



Formação Profissional

A aposta na qualificação e desenvolvimento de competências dos colaboradores, reflectiu-se, em 2010, na realização de 6.528 horas de acções de formação, o que representou um crescimento de 125% face ao realizado em 2009.

O pessoal técnico superior e de inspecção superior participou em 4.368 horas de formação, os dirigentes em 1.330 e os assistentes técnicos em 769 horas.

A grande maioria das acções (73%) ocorreu no próprio Instituto, representando 67% do montante despendido em formação, que foi de €70.323.

Segurança Higiene e Saúde no Trabalho

Registou-se a ocorrência de 4 acidentes de trabalho, com 4 trabalhadores, o que corresponde a um percentagem de 3,17% e que se traduziu em 91 dias de ausência ao serviço.

No âmbito da Medicina do Trabalho foram realizados 49 exames, o que representou uma despesa de €7.718.

Intranet do InCI

Procedeu-se à reformulação da Intranet do InCI com disponibilização de mais informação aos colaboradores, a qual se encontra, por outro lado, de forma mais organizada e sistematizada.



Serviço de HelpDesk

Implementou-se uma ferramenta de *service desk* destinada ao registo e monitorização dos pedidos de apoio dos colaboradores do InCI na utilização dos meios informáticos disponíveis.

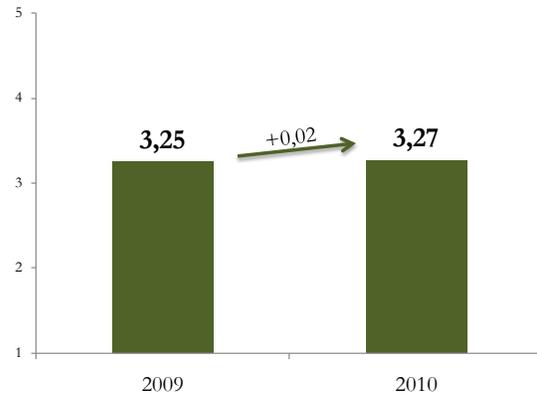
2.6.3. Satisfação dos Colaboradores

À semelhança do efectuado no ano anterior, os colaboradores do InCI foram inquiridos através de uma plataforma informática, criada para o efeito, com vista a apurar o índice de clima organizacional do Instituto.

Dos 126 colaboradores obteve-se a resposta de 84, constatando-se, assim, uma adesão inferior à verificada em 2009.

No entanto, apesar da menor adesão, o resultado global do inquérito, numa escala de 1 a 5, foi de 3.27 valores, superior em 2 centésimas ao verificado no ano anterior.

Resultados dos Inquéritos aos Colaboradores do InCI



Importa ainda referir que, para além da publicação dos resultados do inquérito na Intranet e no Portal do InCI, foi ainda efectuada uma sessão de apresentação junto dos colaboradores do Instituto.

2.6.4. Reporte Social

No InCI, a via de comunicação mais usada com os colaboradores é a Intranet, onde são publicados os principais despachos e deliberações do Conselho Directivo, bem como as notícias e acontecimentos relevantes sobre o Instituto ou sobre o Sector.

Por outro lado, durante o ano de 2010, foram realizadas várias sessões de apresentação dirigidas a todos os colaboradores, sobre os seguintes temas:

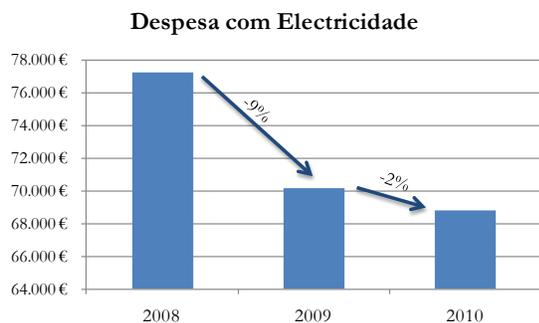
- Código de Conduta e Ética;
- Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infracções Conexas
- Resultados do inquérito de opinião realizado junto dos Agentes do Sector;
- Resultados do inquérito de opinião realizado junto dos Colaboradores do InCI.

3. RELAÇÃO COM O AMBIENTE

3.1. Políticas de gestão ambiental

3.1.1. Impacte ambiental dos serviços

Em sintonia com a preocupação com os impactes ambientais dos serviços do Instituto, verificou-se, em 2010, uma diminuição no consumo de energia eléctrica, face aos anos anteriores.



Esta diminuição corresponde ao esforço de sensibilização efectuado junto dos colaboradores para a poupança de energia.

3.1.2. Medidas ambientais implementadas

No início de Outubro de 2010, o Conselho Directivo nomeou, como Gestora Ambiental do InCI, a Eng.^a Ivone Nobre, ficando a mesma responsável pela elaboração do Plano de Gestão Ambiental e condução das acções inerentes à função, com base no Plano de

Sustentabilidade preparado para 2011.

Nesse sentido, ainda no decorrer de 2010, foram concebidos e afixados, em todos os pisos do Instituto, cartazes de sensibilização para a poupança de energia, papel e água.

Ainda no final desse ano foram iniciados diversos trabalhos na temática da sustentabilidade ambiental, que, no entanto, apenas foram concluídos no início de 2011, nomeadamente:

- Plano de Gestão Ambiental;
- Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança;
- Auditoria energética ao edifício da sede do InCI.

Todas estas acções, bem como as restantes efectuadas ao longo do ano de 2011, serão devidamente explanadas no Relatório de Sustentabilidade 2011.

3.1.3. Intervenções em eventos de temática ambiental

- Intervenção do Vice-Presidente do InCI, Dr. Fernando Silva, como moderador do Tema II – **“Regresso às cidades – Construir com o construído”**, inserido no Encontro promovido pelo GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico: “Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade”;
- Intervenção da Directora de Regulação, Eng.^a Fernanda Martins, como oradora no seminário promovido pelo APIEF – Centro de Formação Profissional para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente: **“Estratégias para a segurança e higiene no trabalho nas empresas”**;
- Intervenção do Eng.º José Brás (Direcção de Regulação), como orador nos eventos:
 - **“Congresso LiderA 2010 - como criar valor com a sustentabilidade”**;
 - **“Seminário Eurocódigos Estruturais – O início da sua aplicação em Portugal”**;
- Intervenção da Eng.^a Ivone Nobre (Estrutura de Apoio ao Conselho Directivo), como oradora nos eventos:
 - **“VI Jornadas de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho”**;
 - Workshop “Request” – **Eficiência energética e Certificação no contexto da Reabilitação: barreiras, oportunidades e experiências.**

3.1.4. Objectivos e metas ambientais

Para o ano de 2010 tinham sido definidos os seguintes objectivos:

OBJECTIVOS 2010
Aumentar o grau de sensibilização dos colaboradores face à temática ambiental
Aumentar o conhecimento sobre o desempenho energético da sede do Instituto
Reduzir os impactes ambientais associados ao consumo de bens e serviços

De forma a monitorizar o cumprimento destes objectivos foram ainda definidos os seguintes indicadores e metas:

INDICADORES	META
Ind. 1 N.º de colaboradores presentes nas acções de sensibilização de educação ambiental / N.º total de colaboradores	75%
Ind. 2 N.º de auditorias energéticas à sede do Instituto	1
Ind. 3 N.º de procedimentos pré-contratuais realizados em 2010 com critérios ambientais / N.º de procedimentos pré-contratuais realizados em 2009 com critérios ambientais	200%

Para o alcance dos referidos objectivos foram previstas as seguintes actividades:

ACTIVIDADES 2010
Acções de sensibilização de educação ambiental, fomentando a importância de valores assentes em princípios ecológicos;
Afixação de cartazes de sensibilização para a poupança de energia
Realização de uma auditoria energética à sede do Instituto
Definição de standards ambientais para fornecedores

3.1.5. Resultados ambientais

Tal como já foi referido, as principais medidas relativas à sustentabilidade ambiental tiveram apenas início com a nomeação da Gestora Ambiental, o que ocorreu no final do ano. Assim, embora os trabalhos tenham sido iniciados ainda em 2010, os principais resultados surgiram apenas no início de 2011.

INDICADORES	META	RESULTADO
Ind. 1	75%	80% (*)
Ind. 2	1	1 (*)
Ind. 3	200%	217%

(*) Resultado alcançado no início de 2011

ACTIVIDADES 2010	RESULTADOS
Acções de sensibilização de educação ambiental, fomentando a importância de valores assentes em princípios ecológicos;	Acção realizada em 30 de Março de 2011, com a Apresentação do Plano de Gestão Ambiental e do Código de Conduta de Ambiente, Saúde e Segurança a todos os colaboradores o InCI;
Afixação de cartazes de sensibilização para a poupança de energia;	Ainda em 2010, foram concebidos e afixados cartazes de sensibilização para a poupança de energia, papel e água, em todos os pisos do Instituto;
Realização de uma auditoria energética à sede do Instituto	Os trabalhos de contratação de uma empresa especializada para a realização de uma auditoria energética ao edifício da sede do Instituto foram iniciados ainda em 2010, embora a mesma só se tenha efectivado em 2011
Definição de standards ambientais para fornecedores	A grande maioria dos procedimentos de contratação no InCI é efectuada através da UMC, onde os standards ambientais foram já definidos. Ainda assim, verificou-se, em 2010, um aumento de 217% do número de procedimentos efectuados com critérios ambientais, face a 2009.

3.1.6. Reporte Ambiental

Ao nível do Reporte Ambiental foram efectuados os seguintes documentos:

- Relatório de Sustentabilidade 2009 do InCI;
- Plano de medidas de sustentabilidade a aplicar no 4º trimestre de 2010;
- Plano de Sustentabilidade para 2011;

Estes documentos foram divulgados junto dos agentes do sector, através da sua publicação no Portal do InCI (www.inci.pt), e junto dos colaboradores na própria Intranet do Instituto.